Vereadores solicitam documentação que envolve obras da bacia de contenção do bairro Bonatto

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão de quarta-feira (1º) da Câmara Municipal de Pato Branco, o vereador Eduardo Albani Dala Costa (MDB) apresentou o Requerimento nº 470/2022, que solicita ao Executivo Municipal que envie à Casa de Leis projetos e documentos que fazem parte das obras da bacia de contenção do bairro Bonatto, assim como informações relativas ao prazo de conclusão das obras.

O documento também foi assinado pelos vereadores Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Marcos Junior Marini (Podemos), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), Romulo Faggion (União) e Thania Maria Caminski Gehlen (PP).

Através do requerimento, o Legislativo solicita "toda a documentação que envolve a construção da bacia de contenção do bairro Bonatto, entre eles as ARTs e Laudos emitidos. O pedido justifica-se em face de constantes cobrança por parte da população para a conclusão da obra, que já vem se arrastando a alguns anos. Importante destacar que em resposta aos Requerimentos nº 786/2021, de autoria da vereadora Maria Cristina Oliveira Rodrigues Hamera, bem como do Requerimento nº 800/2021, de autoria do vereador Marcos Junior Marini, aos quais este requerente subscreveu, foram enviados ofícios de nºs 101/2021-SEO e 86/2021- SEO, que informaram que estava sendo realizado estudos do projeto existente para após ser retomada a execução da obra. Diante das respostas contidas nos ofícios respostas, que seja também enviado a esta Casa de Leis os estudos realizados pela equipe técnica, com os apontamentos e alterações que foram realizadas".

ASSESSORIA/CMPB



Através do requerimento os vereadores solicitam toda a documentação que envolve a construção da bacia de contenção

Segunda votação

Na sessão de quarta (1º) também foi aprovado, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 46, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R$ 3.599.999,98, para o pagamento de indenização de imóvel destinado à implantação do Parque Industrial do Município de Pato Branco.

De acordo com o Projeto, "o imóvel corresponde a uma área total de 387.200,00m², avaliado em R$ 7 milhões e 350 mil. Com isso, o pagamento será efetuado da seguinte forma: entrada de R$ 2 milhões e 350 mil e o restante em 24 parcelas mensais fixas de R$ 208.333,33".

Também de autoria do Executivo e em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 47, de 2022, que autoriza abertura de crédito especial, de R$ 200 mil, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O valor será utilizado "na contratação de psicólogas e assistentes sociais para atuar nas escolas municipais, melhorando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.935, de 11 de 2019".

Também em segunda votação foi aprovado o Projeto de Lei nº 48, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza abertura de crédito especial, no valor de R$ 16 mil. O recurso, recebido por meio das Resoluções nº 1016, de 12 de novembro de 2021, e nº 1036, de 2 de dezembro de 2021, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (Sesa), será utilizado em melhorias de infraestrutura da assistência farmacêutica municipal.

Aprovado também em segunda votação o Projeto de Lei nº 55, de 2022, de autoria do Executivo, ampliando, de seis para oito, o número de vagas do cargo de Engenheiro Civil. Junto com ele, foi aprovado, também em segunda votação e de autoria do Executivo, o Projeto de Lei nº 56, de 2022, autorizando a contratação temporária, em caráter emergencial, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), de profissionais para o exercício de emprego público de Engenheiro Civil. Atualmente, duas vagas estavam em aberto e, com o aumento das vagas, pelo PSS, serão ofertadas quatro vagas para o cargo.

Lideranças do Sudoeste participam de evento da agricultura em Curitiba

Assessorias

Há um ano o Paraná recebeu o selo de área livre da febre aftosa sem vacinação. Para comemorar, foi realizado um evento no Palácio Iguaçu, em Curitiba, com lideranças do setor agrícola e produtores do estado.

"Esta é uma conquista das entidades do segmento e dos produtores, que estão sempre interessados em manter a sanidade animal como uma prioridade nas suas propriedades", afirmou o deputado estadual Wilmar Reichembach (PSD), que é líder do Bloco Agropecuário na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Na oportunidade, também foram comemorados os 10 anos da Adapar (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná). Além do deputado, estiveram presentes no evento os chefes regionais da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná (Seab) na região Sudoeste: Denise Adamchuck (Francisco Beltrão), Alexandre Bianchini (Dois Vizinhos) e Leonira Tesser (Pato Branco).

ASSESSORIA



Deputado Reichembach e os chefes de núcleo da Seab no Sudoeste

Acidentes de trabalho no meio rural

As atividades agrícolas, em especial a utilização de maquinário, estão entre as três atividades mais perigosas para os trabalhadores, sendo que para cada três acidentes ocorridos no campo, um ocasionou a incapacidade permanente do trabalhador. Para fortalecer as ações de prevenção deste tipo de incidente no estado, o deputado Reichembach (PSD) protocolou na Alep o projeto de lei 227/2022, que cria a Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho no Meio Rural.

Os dados impressionam: de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os acidentes deste tipo no meio rural causam cerca de 3 mil mortes ao ano no Brasil, que é o líder de ocorrências no mundo.

"O número é alto, mas não são apenas números, são famílias destruídas por fatalidades. O intuito do projeto de lei é que os agricultores se previnam cada vez mais através de pequenas mudanças de hábito durante a rotina de trabalho", ressaltou Reichembach, que é líder do Bloco Agropecuário na Assembleia.

Seab

A ideia é que a Secretaria de Estado de Agricultura do Paraná (Seab) faça parte das ações de prevenção de acidentes de trabalho no meio rural. "Precisamos tratar deste assunto com atenção, já que o Paraná é um grande produtor agrícola, com muitos trabalhadores lidando com máquinas pesadas, portanto um projeto de lei neste sentido é muito importante", afirmou a chefe do núcleo regional da Seab de Francisco Beltrão, Denise Adamchuk.

Recomendações

"A orientação é que os produtores arrisquem menos e façam o uso dos equipamentos com muita segurança, tomando todas as medidas preventivas possíveis, evitando acidentes e até a morte dos trabalhadores", diz o Comandante do 10º Grupamento de Bombeiros de Francisco Beltrão, major Heitor Soster. Além disso, realizar a manutenção periódica no maquinário ajuda a evitar as ocorrências.

Acidentes no Paraná

De acordo com dados do Corpo de Bombeiros do Paraná, no ano passado foram registrados 484 acidentes com máquinas, sendo 39 deles na região Sudoeste. Este ano, já são 162 ocorrências do mesmo tipo, 13 delas no Sudoeste, com ao menos 5 vítimas fatais.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de serralheiro
Auxiliar de limpeza
Atendente de lojas
Auxiliar de linha de produção
Caixa (supermercado)
Mecânico de veículos
Pizzaiolo
Protético dentário
Vendedor interno

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

CEI solicita prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na quarta-feira (1º), o vereador Lindomar Rodrigo Brandão (PP), presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investiga os agentes públicos envolvidos no processo de aquisição do terreno da pedreira de Pato Branco, junto com o vereador relator, Romulo Faggion (União), e os vereadores membros da comissão Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) e Rafael Celestrin (PSD), apresentaram requerimento na sessão ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco solicitando prorrogação de prazo para que os trabalhos sejam concluídos.

O Requerimento – Comissão Especial nº 6, de 2022, destaca que os parlamentares requerem "de acordo com o § 2° do art. 5°, da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952, prorrogação de prazo em 90 dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito – CEI, designada através da Portaria nº 32, de 9 de março de 2022, com alteração dada pela Portaria nº 39, de 18 de abril de 2022, com a finalidade de apurar indícios de atos ímprobos praticados na aquisição de terreno com finalidade de implantação de pedreira municipal e futura eventual usina de asfalto".

Segundo o documento, a justificativa para a prorrogação do prazo é a demanda de trabalho que ainda será necessário realizar. "Na reunião da Comissão Especial de Inquérito – CEI realizada no dia 14 de março de 2022, os membros da CEI acordaram que o prazo para duração dos trabalhos será de 90 dias, podendo este ser prorrogado de acordo com o § 2º do art. 5° da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952. Estando inconclusos os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, os membros da Comissão solicitam ao Douto Plenário dilação de prazo para conclusão da mesma, visto que não será possível concluir todas as diligências necessárias no prazo de 90 dias".

Pato Cicles Bike Club

Na sessão de quarta-feira (30) também foi aprovada, em votação única, a Moção de Aplauso nº 5, de 2022, de autoria do vereador Eduardo Albani Dala Costa (MDB), para o Pato Cicles Bike Club pelo "Projeto Circuito Rota das Araucárias de Cicloturismo". O Pato Cicles Bike Club é uma sociedade sem fins lucrativos que tem por objetivo promover o esporte e, principalmente, o uso da bicicleta como meio de locomoção, transporte e lazer. O grupo busca, também, apoiar as iniciativas de divulgação e prática do ciclismo.

Com o objetivo de promover e difundir o ciclismo na região, bem como arrecadar fundos para doar a entidades, foi lançado o "Projeto Circuito Rota das Araucárias". "A etapa realizada em Pato Branco, no dia 10 de abril de 2022, contou com a participação de 31 cidades, 485 ciclistas e um staff de 80 pessoas. Ao final do circuito, foi oferecido um almoço, onde a organização vendeu 507 refeições, que renderam lucro de R$ 30.527,85, cujo valor foi revertido em doação para a Fundação Patobranquense do Bem Estar (Fundabem). O Circuito Rota das Araucárias teve etapas realizadas em Clevelândia (PR), Chopinzinho (PR), Francisco Beltrão (PR), Mariópolis (PR), Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC)".

De acordo com a Moção, "com o espírito esportivo, aliado ao engajamento na ajuda às entidades, o Pato Cicles Bike Club demonstrou comprometimento com a sociedade, colaborando e mostrando exemplo de engajamento nas causas sociais, bem como, no incentivo ao ciclismo".

ARQUIVO



Segundo os parlamentares, a justificativa para a prorrogação do prazo é a demanda de trabalho que ainda será necessário realizar

Comissão de Orçamento vai debater repactuação de valores repassados aos SAMU

Assessoria

A Comissão Mista de Orçamento aprovou nessa quarta-feira (1º), um requerimento da deputada federal Leandre Dal Ponte para realizar uma audiência pública na iminência de debater a repactuação dos valores repassados pela União e pelos Estados ao SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). A comissão é composta por deputados e senadores da República.

Durante a sessão, Leandre chamou a atenção dos parlamentares para a dificuldade de administração dos consórcios responsáveis pela administração dos SAMU no Brasil e a possibilidade de interrupção dos serviços, caso não haja a correção dos valores. Ela destacou que os valores repassados pelo Governo Federal aos SAMU estão defasados desde 2013.

Leandre lembrou que a portaria do Ministério da Saúde que forma a rede de financiamento do SAMU, de 2017, divide o custeio do serviço da seguinte forma: 50% de responsabilidade da União e a outra metade dividida entre Estado e municípios: 25% de cada um. No entanto, após tantos anos sem uma revisão, são os municípios que estão arcando com a maior parte das despesas dos SAMU.

Ela apresentou dados da Rede Nacional dos Consórcios que deixa clara a defasagem. Os dados mostram que uma unidade avançada do SAMU recebe, mensalmente, R$ 48.221,00 do Governo Federal. E custa, em média R$ 180 mil ao mês. "A situação está praticamente insustentável, pois são os municípios brasileiros que precisam pagar esta conta, que não fecha há muitos anos", afirmou Leandre, que é titular da comissão, indicada pelo PSD.

A deputada cobrou a responsabilidade da Comissão Mista de Orçamento em prever os custos para resolver a situação. "Mais do que trazer as pessoas para debater o assunto em uma audiência pública, precisamos ter a responsabilidade dentro do orçamento para termos recursos para gente poder fazer essa reposição", pontuou.

Histórico

Em junho do ano passado, por solicitação da deputada Leandre, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a repactuação e a coparticipação na manutenção do SAMU. Na época, representantes do SAMU apresentaram a defasagem de 8 anos e afirmam que não receberam recurso extra do Governo Federal durante a pandemia, apesar do aumento óbvio de serviços de saúde.

"Estamos desde o ano passado trabalhando a questão do SAMU. Nós temos uma portaria onde a União se compromete em financiar 50% dos gastos do SAMU. Hoje, a gente sabe que o SAMU não se viabiliza mais se os municípios não bancarem mais de 60% de todo o custo da sua operação", observou a deputada.



ASSESSORIA



Deputados e Senadores aprovaram o requerimento apresentado pela deputada Leandre

Câmara de Pato Branco concede Moção de Aplauso à atleta Juceli Veronezi

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco entregou, na sessão de quarta-feira (1ª), Moção de Aplauso para a atleta pato-branquense Juceli Veronezi. De autoria da vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), a Moção de Aplauso nº 3, de 2022, foi entregue à atleta por levar o nome de Pato Branco em todas as competições em que participa.

Segundo a homenagem, Juceli nasceu em 4 de setembro de 1976, filha de Juvil Veronezi e Solange Lampert. Reside em Pato Branco há 14 anos. Formada em Técnica em Segurança do Trabalho, atua na UTFPR – Câmpus Pato Branco, como supervisora de Serviço Gerais onde, sob seu comando, estão 40 servidores que recebem, diariamente, apoio, instruções e incentivo da profissional.

De acordo com o Projeto, "Juceli não era praticante de atividades físicas, até que no mês de agosto de 2014 recebeu um convite para que participasse de uma corrida, em uma manhã de domingo de frio intenso. Relutou, mas aceitou o convite que mais parecia um desafio. Naquela manhã correu 3 km e, para sua surpresa, nunca mais deixou de levantar cedo aos domingos para correr. Foi uma paixão à primeira prova".

Orientação técnica

Após esse primeiro contato com a corrida, Juceli se inscreveu na Acorpato, onde passou a treinar com orientação técnica. A primeira vez que disputou uma prova foi no dia 5 de dezembro de 2014, na qual conquistou o pódio, e hoje já acumula 105 provas, das quais 98 com pódio entre as primeiras colocações, percorrendo distância de 5 km, 10 km e 13 x 21 km.

Conquistas no currículo

Seguindo seu caminho como atleta, Juceli também já tem no currículo a participação em quatro maratonas, entre elas a Maratona do Rio de Janeiro, em 2018, na qual classificou-se entre as 100 primeiras colocadas, entre os 16 mil inscritos. Também a Maratona Internacional de Foz do Iguaçu, "uma das provas mais pesadas do Brasil, pela altimetria e temperatura", onde conquistou a 4ª colocação em sua categoria.

ASSESSORIA/CMPB



A Moção de Aplauso foi entregue à Juceli Veronezi na última quarta-feira (1ª)

Juceli também competiu na Meia Maratona de Florianópolis, em 2019, e na Meia Maratona das Cataratas, no mesmo ano. Participou da Maratona Internacional de Buenos Aires, também em 2019, e da Volta Internacional da Pampulha, em 2021. Neste ano, no entanto, já participou do Desafio das Equipes, em Francisco Beltrão; da Corrida do Sesc e Corrida da Mulher, em Pato Branco; e da Evolua Movimento, em Chapecó.

Itaipu: custos e queda de tarifa serão alvo de revisão de tratado

Assessoria

Em agosto de 2023, Brasil e Paraguai terão que sentar na mesa para revisar os termos do Tratado de Itaipu, após 50 anos da assinatura do acordo que resultou na construção da usina que mais gerou energia até hoje no mundo inteiro. Entre os assuntos mais sensíveis estão a redução de custos da usina, a queda do preço da tarifa para a venda da energia e exclusividade do Brasil para a compra do excedente que não é utilizado pelo país vizinho.

O tema delicado, que também envolve alegações do Paraguai de que o Brasil ainda tem dívidas acumuladas referentes à compra de energia, foi debatido na quarta-feira (1º) em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Sugerido pelo deputado federal Rubens Bueno (Cidadania-PR), o debate contou com a participação do almirante Anatalício Risden Junior, diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional; do embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Multilaterais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores; e de Agnes da Costa, chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do Ministério das Minas e Energia.

Revisão do acordo

Rubens Bueno questionou, entre outros pontos, se a revisão do acordo possibilitará ao Brasil a aquisição da energia não usada pelo Paraguai por um preço mais barato e se isso poderia representar uma redução do valor da tarifa para os consumidores.

De acordo com o diretor-geral da Itaipu, almirante Anatalício Risden, o objetivo do Brasil, com a redução dos custos da usina, é diminuir a tarifa. No entanto, ele informou isso não necessariamente vai representar diminuição na conta ao consumidor devido ao mercado nacional de comercialização de energia.

Dívida

Sobre a dívida do Brasil com o Paraguai, alegada pelo Corregedoria-Geral do país vizinho, o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva disse que o Brasil não reconhece o documento e afirmou que as questões da Itaipu costumam ser tratadas de forma distorcida, como se o Brasil tivesse benefícios diante do parceiro.

De acordo com os dois, todas as decisões referentes à usina são tratadas de forma igualitária entre os dois países, sempre prevendo o benefício mútuo para o desenvolvimento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



O deputado federal Rubens Bueno (Cidadania-PR) sugeriu o debate sobre o tema

Já a representante do Ministério das Minas e Energia, Agnes da Costa, informou que o grupo de trabalho da pasta criado para analisar a revisão do tratado já concluiu seus estudos e repassou as informações para o Ministério das Relações Exteriores, que vai atuar nas negociações entre os dois países. Ela disse que o ponto crucial a ser definido serão as bases financeiras para a compra e venda de energia.

"Nossa preocupação é com valores sobre a comercialização de energia com o Paraguai. Se o acordo vai vencer em 2023 é preciso que desde já tenhamos essa preocupação. Até porque o resultado dessa negociação poderá impactar muito o preço da energia no Brasil. Por isso trouxemos os envolvidos nesse debate, do lado brasileiro, para que possamos ficar atentos a essa negociação", disse o deputado Rubens Bueno ao avaliar o resultado da audiência.

Acordo

Pelo acordo firmado entre o Brasil e Paraguai para a construção da usina hidrelétrica, que fica na fronteira entre os dois países, o Brasil tem direito a 50% dos 14 mil megawatts (MW) de potência. O nosso país também compra cerca de 30% da energia dos paraguaios, já que os vizinhos não têm demanda para toda a energia que a hidrelétrica dispõe.

No entanto, no ano que vem os dois parceiros vão discutir a revisão do Anexo C, parte do acordo que trata dos termos financeiros e de parâmetros para a geração e comercialização de energia do empreendimento.

A Itaipu produz 8,4% do total da energia consumida no Brasil e 88,5% da usada pelo Paraguai.

